

TRÓPICO, NATUREZA E HISTÓRIA EM GILBERTO FREYRE

Mateus Samico Simon¹

Resumo

A partir do final da década de 30, após a publicação de *Casa Grande & Senzala*, *Nordeste* e *Sobrados e Mucambos*, Gilberto Freyre dedicou-se a restituir a memória da colonização portuguesa no Brasil, na África, na China e na Índia, utilizando a idéia de um mundo *lusotropical*. Este artigo procura sondar concepções sobre o meio ambiente subjacentes a esse ideário da colonização portuguesa, que forneceram alguns argumentos basilares na construção das teses do escritor em relação à especificidade da atuação ibérica nos trópicos e da própria apreciação que faz da história nacional.

Palavras-Chave: Gilberto Freyre; Tropicologia; História Ambiental.

Abstract

From the 1930s onward, after publishing *The Masters & The Slaves*, *Nordeste* [not translated to English] and *The Mansions and the Shanties*, Gilberto Freyre dedicated himself to the reconstruction of the memory of Portuguese colonization in Brazil, Africa, China and India, using the idea of a *Lusotropical* world. This article explores the ideas concerning the environment underlying this imaginary. These concepts supported some basic arguments of Freyre's thesis about the specificity of Iberian attitudes in the tropics and to his idea of national history.

Keywords: Gilberto Freyre; Tropicology; Environmental history.

Natureza e estranhamento na volta à terra natal

Quando Freyre voltou ao Recife em 1924, após seis anos de viagens e estudos, aparentemente não gostou muito do que viu. Incomodavam ao jovem estudante regresso mudanças urbanas, a troca de nomes das ruas, antes tão “*deliciosamente pitorescos*”, como Rua das Águas Verdes, Travessa do Quiabo, Beco do Catimbó, Cruz das Almas, Ubaías, Beco da Facada, Rua das Crioulas.² A última delas, especialmente, causava desconforto, já que fora rebatizada ‘Numa Pompílio’, um claro embuste da espontaneidade e inocência locais em nome de um rebuscamento artificial. A sensação de destruição das referências do antigo Recife, de ruas estreitas e magros sobrados coloniais acompanhou os primeiros olhares de alguém que passara por um longo período de descoberta de uma “outra América”,³ sobre a qual escreveu copiosamente no período de estudos no exterior.⁴

O mais curioso, no entanto, era o estranhamento que lhe causava o clima recifense nos primeiros momentos de seu retorno. De fora, via o clima brasileiro contrastado com o norte-americano. Em março de 1919, estudante na Universidade de Columbia, Freyre publicou um artigo intitulado “Comentários em torno das estações do ano”, no qual relata

¹ Bacharelando em História pela Universidade Federal de Pernambuco. Mateus.samico.simon@gmail.com.

² FREYRE, Gilberto. *Tempo de aprendiz: artigos publicados em jornais na adolescência e na primeira mocidade do autor 1918-1926*. São Paulo: IBRASA, 1979. v.1, p. 336. Originalmente publicado no Diário de Pernambuco em 1923. A grafia original foi mantida.

³ *Da outra América*, assim foi batizada a coluna no Diário de Pernambuco que Freyre alimentou como correspondente entre 1919 e 1924.

⁴ Para uma análise das idéias de Freyre acerca do Recife urbano, ver a discussão feita por ARRAIS, Raimundo. *O Pântano e o Riacho: A formação do espaço público no Recife do século XIX*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2004.

as nuances do clima temperado de Nova York, “*E essa mudança de estações a tudo affecta: as modas de roupa, as de chapéu, as de calçado, o estylo dos autos, os sports; os divertimentos. Cada estação vem com a sua cor, o seu tom, a sua fructa, os seus gostos*”, ao contrário de “*nós tropicaes*”, “*acostumados a uma natureza perpetuamente em flor, desconhecemos nos nossos paízes nativos. Nosso tempo é quasi o mesmo todo o anno. Nossa natureza, quasi rebelde a mudanças bruscas*”. Essa natureza constante, aparentemente não constituía para ele uma paisagem da tranquilidade idílica, já que, em outro artigo, relacionou o hábito brasileiro de falar alto a

“[...] uma natural tendência do homem para afinar com a natureza não só a voz como a moral e o gosto. É a nossa natureza, que nos ensina a todos, na sua indisciplina selvagem, senão a berrar? É a mais tumultuosa das naturezas. Tumul tuosa é a matéria brava; tumultuosos são os rios, as grandes massas d'água, sobretudo essa formidável cachoeira alagoada a cujo ruído parece afinar-se todo o nosso furor declamatório”.⁵

Essa metáfora da indomabilidade da natureza é um lugar-comum de apreensão da especificidade dos trópicos, enquanto ambiente físico mas também, como ressaltou o próprio autor, de nossa condição moral, do *caráter brasileiro*, questão que perpassa toda a obra freyreana, compartilhada por toda uma geração intelectual das décadas de 20 e 30. É nessa intersecção entre o meio ambiente – vegetais, rios, elementos minerais – e o caráter de uma nação, de um povo, que nos interessa analisar a operação discursiva que Freyre realizou. Posições, ademais, que marcaram a própria atuação intelectual e política do escritor dentro do meio intelectual.

Gilberto nascera em 1900, filho de uma família de antigas raízes na região pernambucana, dentro de uma família que em poucas gerações, em função da modernização da região e da própria dinâmica da lavoura açucareira, foi cada vez mais levada à vida liberal na cidade do Recife, sendo o pai de Freyre jurista. Segundo um biógrafo bastante próximo do próprio, “*Gilberto Freyre, Gilberto de Mello Freyre, também era Cavalcanti, Albuquerque e Wanderley de velhas estirpes pernambucas, por consanguinidade ou colateralidades ancestrais*”. Sua avó vendera o engenho Jundiá, passando para outro menor, depois deslocando-se para o Recife, por dificuldades financeiras.⁶ Essa biografia familiar transferiu-se para a própria periodização que o autor estabeleceu para a história nacional, que consagrou na trilogia *Casa Grande & Senzala* (1933), *Sobrados & Mucambos* (1936) e *Ordem & Progresso* (1959), que marcam as respectivas passagens da sociedade colonial para o século XIX urbano pós-1808, e a partir do declínio da sociedade patriarcal para a República. A essa antiga ordem patriarcal-escravista recorre como antídoto à modernização que se processava dentro da vida urbana e rural.

Nesse sentido, este texto procura também retomar a emergência do conceito de *ecologia* no pensamento freyreano e as nuances que sofreu ao longo do seu percurso intelectual. As idéias sobre a relação homem-natureza no âmbito da história do Brasil foram utilizadas diversas vezes por ele como ilustrativos de suas teses sobre a construção e os possíveis caminhos da nacionalidade, pensando que Freyre formulou suas teses

⁵ Artigo publicado em: FREYRE, Gilberto. *Tempo de aprendiz: artigos publicados em jornais na adolescência e na primeira mocidade do autor 1918-1926*. São Paulo: IBRASA, 1979. v.1, p. 338. Originalmente publicado no Diário de Pernambuco em 2 de Dezembro de 1923.

⁶ CHACON, Vamireh. *Gilberto Freyre, uma biografia intelectual*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco. São Paulo: Editora Massangana, Companhia Editora Nacional, 1993, p. 29.

relacionando-as a uma memória nacional e uma atuação programática nos assuntos contemporâneos a ele.

Freyre e a história ambiental: mais uma questão controversa

Em um momento que a história ambiental vem cada vez mais ocupando lugar nas universidades brasileiras, a figura de Freyre volta à voga como um introdutor da temática ecológica no pensamento social, embora de forma ainda tímida. Os textos introdutórios que vêm circulando colocam Sérgio Buarque de Holanda, Capistrano de Abreu e Caio Prado Jr. entre os “precursores” da disciplina no Brasil, e juntamente a eles aparece Freyre, mas apenas a título de “panorama”, sem uma análise sistemática das obras.⁷

Por outro lado, o Thomas D. Rogers analisou o discurso freyreano em seus trabalhos sobre a Zona da Mata pernambucana. Defendeu que há uma correlação entre o que foi dito em livros como *Nordeste* e *Casa Grande & Senzala* e o discurso das elites açucareiras locais, colocando em relevo as semelhanças entre o autor e outros representantes dessa elite, como o abolicionista Joaquim Nabuco e o romancista José Lins do Rego.⁸ Para ele, esses autores compartilham de uma visão elitista, no sentido amplamente patriarcal da sua interpretação de história, saudosista e anti-modernizante. Sua visão da natureza seria marcada por um *habitus* que não distinguiria os próprios fatores da ecossfera do mundo do trabalho.⁹

Recentemente, foi publicado um artigo que procura analisar a temática ambiental em Freyre no sentido de perceber como diversos temas que se relacionam ao que é atualmente discutido na “história ambiental” estavam presentes já desde *Casa Grande & Senzala* e continuaram a ter repercussões nos escritos posteriores que foram analisados, a saber, *Nordeste* e um texto da década de 80, *Rurbanização: Que é?*¹⁰ Apesar de ser muito instrutivo no sentido de perceber as convergências entre o que Freyre escreveu durante grande parte de seu percurso como pensador “regional” e os temas da eco-história norte americana, é preciso lembrar essa “inovação” e “pioneirismo” foram recorrentemente colocadas em relevo pelo próprio autor, e que de certa forma foram utilizadas como uma justificativa retrospectiva para todos os outros escritos. Dessa forma, o artigo reduplica um argumento já existente em Freyre e portanto corre o risco de tomar o fim pelo começo, o que pode ser perigoso.

Regina Horta Duarte também analisou *Nordeste*, mostrando, além da questão da *ecologia social* impressionista do autor, os paralelos entre o livro de 1937 e as correntes

⁷ Ver DRUMMOND, José Augusto. “A História ambiental: fontes, temas e linhas de pesquisa”. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 4, nº 8, 1991, p. 171-197, e DUARTE, Regina Horta. *História & Natureza*, Belo Horizonte: Autêntica, 2005, e “Com Açúcar, com Afeto: Impressões do Brasil em Nordeste de Gilberto Freyre”. In: *Tempo*. Rio de Janeiro, nº 19, pp. 125-147 Sobre Caio Prado Jr., ver CORRÊA, Dora Shellard. “Caio Prado Jr. Como Matriz de uma História Ambiental”. In: *Revista de Economia Política e História Econômica*. número 10, dezembro de 2007, p. 61-75.

⁸ Esse viés de análise, associando o pensamento de Freyre e sua posição de classe à memória das elites canavieiras, pode ser encontrado também em DABAT, Christine Rufino. *Moradores de Engenho: Relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais*. Recife: Ed. Universitária. 2007, p. 192-242.

⁹ ROGERS, Thomas. *The Deepest Wounds: The Laboring Landscapes of Northeastern Brazil*. Ph. D Thesis, Department of History, Graduate School, Duke University, 2005, p. 91-97 e seguintes.

¹⁰ Froehlich, J. M. “Gilberto Freyre, a história ambiental e a *rurbanização*”. In: *História, Ciências, Saúde — Manguinhos*, vol. VII(2): 281-301, jul.-out. 2000.

de preservação ambiental do Museu Paulista e do Museu Nacional, e a própria postura do Estado Novo quanto a essas questões. Questão de máxima importância, que lembra o contato que Freyre estabeleceu com a intelectualidade e o poder público na época, posição considerada por autores como Carlos Guilherme Mota como ambígua, assumindo atitudes diversas ao longo de sua vida, aliando-se conforme as necessidades do momento.¹¹ Segundo Mota, “Freyre desenvolveu uma série de mecanismos e artifícios para não ser facilmente localizável”.¹²

Quando escreveu um prefácio para a reedição do *Manifesto Regionalista*, ao qual atribuiu a data de 1926, Freyre aproveitou para tecer uma série de considerações sobre o sentido geral do grupo – reunido em torno de uma discussão sobre as questões de “região”, em relação a um país passando por uma série de modernizações materiais e intelectuais. É interessante o fato de Freyre recorrentemente remeter-se a esse movimento como aquele que teria uma preocupação “ecológica” em diversos sentidos. Essa palavra que aparece insistentemente no texto, entretanto, não foi sequer utilizada no texto original do *Manifesto*, a não ser por uma referência ao “ecólogo” Phillip von Luetzelberger (sic), estudioso alemão da fitologia brasileira¹³. Entretanto, o mesmo autor alegou, posteriormente, o uso pioneiro desse termo em *Nordeste*, apenas publicado em 1937, o que pode confirmar a acusação lançada por Joaquim Inojosa de que esse *Manifesto* escrito jamais teria circulado no ano pretendido por Freyre, tendo sido forjado décadas após os primeiros encontros dos intelectuais regionalistas.

De qualquer maneira, o que cremos estar contido nessa colocação de Freyre é uma retomada de antigos temas a partir de uma ótica posterior, e tentando contemporizar suas reflexões passadas atribuindo-lhes um novo sentido. A questão, ao mesmo tempo, é saber em que sentido o autor percebe a si mesmo, e a aquele movimento, como “ecológico”. Não que fosse inexistente uma preocupação de temas como o da medicina social, o da adaptação das moradias das populações menos favorecidas ao meio ambiente do alagadiço recifense (o caso dos mocambos), ou de uma relação do homem com a natureza local (ainda nesses escritos com um teor fortemente idílico), ressaltando a fraternidade entre o homem e as plantas na sociedade “pré-moderna” brasileira.

Ainda com um viés saudosista com a modernização da cidade do Recife, invocou um antigo lirismo da relação entre os homens e as árvores, “*Uma árvore mais amiga que as outras. Uma árvore quase pessoa da família*”.¹⁴ Atribuía assim à tradição do Nordeste um estatuto especial nas relações sentimentais com a natureza, do amor ao tamarindo, ao coqueiro, à mangueira, ao cajueiro. Dentro da memória paisagística que tentava forjar para a região, a natureza teria sido sempre próxima. Em outros trabalhos, essa mesma relação homem-natureza foi retratada ora como um “desconhecimento” (em *Nordeste*, por exemplo), ora colocada na ótica da espontaneidade dos jardins lusitanos, que seriam portadores como que de um ecumenismo tropical, ao sabor das demandas do autor em cada momento.

¹¹ DUARTE, Regina Horta. “Com Açúcar, com Afeto: Impressões do Brasil em Nordeste de Gilberto Freyre”. In: *Tempo*. Rio de Janeiro, nº 19, pp. 125-147. MOTA, Carlos Guilherme. *A Ideologia da Cultura Brasileira: pontos de partida para uma revisão histórica*. São Paulo: Ática, 1998, p. 56-57.

¹² MOTA, Carlos Guilherme. *Idem*, p. 64.

¹³ FREYRE, Gilberto. *O Manifesto Regionalista*. Recife: INJPS, 1976, p. 52.

¹⁴ *Idem*, p. 78.

O interessante, todavia, é a constância com que a temática “ecológica” aparece em escritos de Freyre contemporâneos a esse prefácio, ao ponto do mesmo coloca-la retrospectivamente como uma questão central de seu pensamento. Para melhor avaliar o caso, é proveitoso analisar o que o próprio autor disse ao longo de sua produção intelectual. No *Manifesto* dito de 1926¹⁵ aparece uma série de pensamentos ainda desagrupados que demonstram uma preocupação com definir um conceito de “região” e um projeto nacional num sentido “tradicionalista”, contrário ao que vinha se discutindo na arte modernista de 22 e aos rumos da política brasileira durante a República Velha, especialmente a concentração cada vez maior das atenções em torno dos Estados do sudeste em vias de industrialização.

Nesse sentido, a definição de um conceito de “região” e a tomada de consciência das especificidades locais dessas áreas periféricas passa também por um argumento que ressalta a natureza local, como critério de autenticidade e identidade.¹⁶ A importância do *Manifesto* está no fato de vários dos assuntos abordados no texto citado, bem como no Congresso ao qual serviu de introdução, seriam retomados por Freyre nos seus escritos posteriores. A opção de Freyre em colocar a questão da paisagem, da cor local, começa a ser de fundamental importância para se compreender como o “Mestre de Apipucos” defende o projeto de nação que incorpora.

No livro *Nordeste*, publicado em 1936, aparece pela primeira vez em seus escritos o termo *ecológico* para adjetivar sua análise, e se delimita de forma mais clara o seu conceito de *região*. É interessante notar que apesar de todo o arroubo que Freyre faz sobre a novidade de seu termo, ele por um lado apenas condensa diversas temáticas que havia tratado anteriormente:¹⁷ a capacidade de adaptação do português ao trópico, seus modos de se relacionar com o ambiente local, sua adaptação agrária, a civilização da casa grande em Pernambuco. Os comentadores, nesse sentido, atentam para o fato de sua forma de análise não romper com as noções deterministas de meio e de raça, tão importantes para o pensamento social brasileiro da época:¹⁸ se lhes retira o caráter negativo que era atribuído, não deixa de utilizá-los como eixos centrais para sua argumentação. De fato, uma discussão – levantada argutamente por Ricardo Benzaquen de Araújo – demonstrou uma circularidade entre as noções de *cultura*, *meio físico* e *raça* no pensamento freyreano, postulando uma influência neo-lamarckiana que relaciona adaptações evolutivas e culturais às condições ambientais, à sobrevivência dos homens e

¹⁵ Joaquim Inojosa levantou uma polêmica, desacreditando do fato desse *Manifesto* ter sido realmente lido em 1926, quando na verdade teria sido impresso apenas em 1952. Sobre isso, ver ALBUQUERQUE Jr. Durval Muniz. *A invenção do Nordeste e outras artes*. Recife: Massangana, São Paulo: Cortez, 2001, p. 90-92.

¹⁶ Idem, p. 75-76.

¹⁷ Nesse sentido, ver ROGERS, Thomas D. *The Deepest Wounds: The Laboring Landscapes of Northeastern Brazil*. Op.cit., p. 102, Rogers argumenta que a temática de *Nordeste* é do mesmo teor de *Casa Grande & Senzala*, com a diferença de colocar como *protagonista* a temática do meio em detrimento da miscigenação e da alimentação. Veremos mais na frente como em geral esses temas e conceitos são intercambiáveis dentro do pensamento freyreano.

¹⁸ Sobre as noções de *meio* e *raça* como articuladores do pensamento social brasileiro no final do XIX e início do XX, ver ORTIZ, Renato. *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*. São Paulo: Brasiliense, p.13-35.

à perpetuação desses traços nas gerações posteriores. Vemos, se adotarmos esse critério, a influência de Franz Boas bem mais amenizada do que pretendia Freyre.¹⁹

Ao mesmo tempo, o termo *ecologia* adquire em *Nordeste* um sentido mais direto quando Freyre faz uma crítica ao descaso ao meio ambiente local por parte do colonizador, à devastação da mata atlântica e à poluição dos rios pelas usinas. Nesses pontos, ele demonstra uma visão mais apurada sobre a natureza local e seu funcionamento. Sua noção de ecologia também pretende um distanciamento dos determinismos naturais, colocando um critério sócio-cultural para compreensão da paisagem local. Sua argumentação, entretanto, parece se firmar em uma noção de equilíbrio ecológico, que foi rompido definitivamente pela modernização da agroindústria açucareira, e a vilã usina.

Esses temas são ilustrados por um discurso que retoma figuras da paisagem local, plantas, solos e animais, para criar, segundo o próprio autor, uma imagem “quase impressionista” do Nordeste canavieiro.²⁰ Com essa intenção, Freyre de fato compila fontes diversas, documentais e bibliográficas, tecendo considerações sobre as matas, o efeito agressivo da monocultura, e a própria atitude dos senhores para com os animais e as plantas nativas. Com esse ensaio, Freyre aponta um eixo temático que será oscilante durante algum tempo de sua produção e que retomará no final da vida, quando a política desenvolvimentista de Kubistchek e as decepções com o golpe de 1964 fazem com que ele retome uma discussão da especificidade do desenvolvimento do nordeste, como veremos adiante.

A tematizada poluição dos rios perpetuou-se ainda em alguns outros textos de Freyre, à revelia, por exemplo, de uma abordagem sobre a destruição da mata atlântica. Um exemplo disso é o texto *Homens, terras e águas na formação agrária do Brasil: sugestões para um estudo de interrelações*,²¹ publicado em 1954, no qual retoma a análise da relação entre o colonizador e as águas no contexto do cultivo da cana-de-açúcar, se assemelhando com a abordagem dada em 1937, ou seja, das utilidades da água ribeira para a civilização do açúcar à poluição e destruição dos rios pela industrialização do campo. Essa preocupação transferiu-se, de forma mais técnica e apurada, ao geógrafo Gilberto Osório de Andrade – bastante próximo a Freyre – e à geografia regional de Manuel Correia de Andrade e Rachel Caldas Lins.

Apesar de todo o tom sentimental de seus manifestos em prol das árvores e águas da região, em uma conferência da mesma época,²² utiliza o termo em outra direção, que doravante será a tônica de seus trabalhos: ressalta a qualidade do português de se adaptar “ecologicamente” ao trópico, e nesse sentido, aproxima-se da questão dos intercâmbios de culinária, modos de habitação, mobiliário e costumes entre o luso, o autóctone e o africano escravizado.

Vê-se como em geral não se distancia do critério adotado em *Casa grande & Senzala*, ou numa das concepções de ecologia articulada em *Nordeste*. No primeiro, dedicara-se extensivamente à plasticidade do ibérico, deduzida a partir da geografia da

¹⁹ ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *Guerra e Paz: Casa-grande & senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994, p. 39.

²⁰ FREYRE, Gilberto. *Nordeste: Aspectos da Influência da Cana sobre a Vida e a Paisagem do Nordeste do Brasil*. 3ª edição, Rio de Janeiro: José Olympio, 1961, p. xv.

²¹ FREYRE, Gilberto. “Homens, terras e águas na formação agrária do Brasil: sugestões para um estudo de interrelações”. In: *Boletim do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais*. Recife, n. 3, 1954, p. 3-12.

²² FREYRE, Gilberto. “Em torno de um novo conceito de tropicalismo”. Coimbra: Coimbra, 1952.

península, zona de contato entre a Europa, a África e o Atlântico. O tom de crítica que ainda estava presente, especialmente em Nordeste e nas conferências, aos poucos cede lugar a esse novo motivo, a partir do qual Freyre tentará sintetizar as reflexões anteriores, em torno da noção de Tropicologia, como ciência que estuda essas relações de adaptação do homem ao trópico. Para ilustrar isso, utiliza a figura do “Homem situado”, tentativa de resposta à uma metafísica do “homem universal”.

Uma exceção digna de nota foi proferida alguns anos depois. Em 1963, às vésperas do golpe, o Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais (atual FUNDAJ) organizou um seminário para discutir os caminhos da reforma agrária e a situação da zona canavieira da região. Freyre prefaciou a discussão e intitulando-a *Transformação Regional e Ciência Ecológica: O caso do Nordeste Brasileiro*,²³ publicada em 1970, já em meio ao regime militar. Seu critério “ecológico” denuncia novamente a monocultura, o mau uso do solo e a poluição dos rios, reportando-se para isso às ciências sociais estrangeiras.

Entretanto, esquece-se da figura do trabalhador rural e das tensões no campo, apesar do próprio Francisco Julião ter participado desse seminário. Talvez pelo clima de tensão do campo na época, posiciona-se a favor de uma reforma agrária, mas o teor dessa reforma apenas de passagem toca na questão do trabalhador.²⁴ Concentra-se muito mais no passado do que no presente, apesar de seu discurso ser extremamente bem articulado no que diz respeito às referências teóricas. Seu diagnóstico da degradação da região pela monocultura da cana-de-açúcar não é falso, mas ao mesmo tempo não há nenhuma proposta clara, um caminho ou solução. Em 1942, escrevera para um periódico:

“entre nós está quase ainda por criar a figura – hoje simplesmente de retorica – do lavrador autêntico, do agricultor verdadeiro, identificado íntima e amorosamente com a terra. A monocultura latifundiária e escravocrata dominante entre nós por tanto tempo e sob formas tão diversas – o açúcar, o algodão, a mandioca, o café – dificilmente deixou que se esboçasse às suas margens o perfil do lavrador, do agricultor, do homem do campo, tal como se encontra no próprio Portugal, para não falarmos da França, da Alemanha, da Inglaterra, da Itália”.²⁵

Mesmo que em momentos como esse sua concepção assumia tons de crítica, esse projeto de emancipação do “lavrador autêntico” aparece como algo quase de místico, inefável, ou como ele próprio reconhece, *retórico*. E essa retórica se propõe a oposição entre uma vida rural harmônica ao desenvolvimento urbano no período. Na década de cinquenta, quando o Estado desenvolvimentista já deixara marcas bem profundas nas grandes cidades, esse tema volta à tona. Assim, podemos ver como a Ecologia que defende é o antídoto, em alguns momentos prático mas na maioria idílico, para as novas relações sociais que a industrialização trazia, no ambiente urbano, nas formas de apropriação da terra e nas relações de trabalho.

No ano de 1955, Freyre ministrou uma aula inaugural para as professoras primárias que atuavam na alfabetização das populações da zona canavieira de Pernambuco. O texto, publicado numa coletânea de 1982 com o título *Sugestões para uma nova política no Brasil*, discute os rumos do desenvolvimento brasileiro, e propõe

²³ FREYRE, Gilberto et al. *Cana e reforma agrária. I. Transformação Regional e Ciência Ecológica: O caso do Nordeste Brasileiro. II*. Recife: INJPS, 1970.

²⁴ Sobre o 1º Congresso de Lavradores, Trabalhadores Agrícolas e Pescadores de Pernambuco (1955) as Ligas Camponesas, Julião e as lutas pela reforma agrária, ver DABAT, Christine, Op.cit. pp.109-119.

²⁵ FREYRE, Gilberto. “Terra e lavradores”. In: *O Jornal*. Rio de Janeiro, 20 out. 1942.

que se construa uma política *rurbana*, que favoreça uma harmonização do meio rural frente ao impulso urbano. A justificativa de seu argumento buscou novamente um viés “ecológico”: “[...] *no equilíbrio, dentro dessa comunidade complexa e já antiga e ecológica e sociologicamente diversa pelos seus vários espaços naturais e culturais que devemos transformar de antagônicos em complementares.*”²⁶

Freyre se posicionou, nesse discurso, contrariamente ao “desenvolvimentismo”, ou sua vertente que tende a fazer uma apologia do crescimento industrial e urbano, e que para ele tem como dois emblemas a construção de Brasília e a Transamazônica. Os rumos do crescimento do Brasil estavam, na sua concepção, pautados em um desequilíbrio “ecológico”, que causava prejuízos tanto às populações rurais quanto aos recursos naturais.

Esse tema será revisitado em alguns dos últimos escritos, já da década de oitenta, quando foram organizados num volume único, *Rurbanização: que é?* (1982). Nesses textos, é notável a ocorrência dos termos “ecologia”, “socioecologia”, “ecologia social”, “fatores biopsicossociais”, que mostram a insistência de Freyre nesses fatores como explicativos para sua argumentação em favor da “terceira via” do desenvolvimento brasileiro, a rurbanização. No geral, entretanto, o próprio autor reconhece a insistência sobre certos temas e sua repetição constante nesses textos.

Para articular esses argumentos, Freyre valeu-se, desde suas primeiras obras, de uma certa narrativa da história nacional na qual o colonizador português assume o papel de articulador entre as outras duas tradições formadoras da cultura nacional: a indígena e aquela dos escravos transportados via Atlântico sul. Esse papel central da especificidade da colonização brasileira reforça e expande seus argumentos “ecológicos”.

A simbiose ecológica entre o português e o trópico como redenção

Em 1940, a Editora da livraria José Olympio, grande divulgadora das obras de Freyre, reuniu em um volume uma série de quatro conferências proferidas pelo sociólogo-escritor no ano de 1937: uma em Londres e três em “universidades portuguesas”.²⁷ Elas mostram o prestígio do autor em centros acadêmicos internacionais, mas também denunciam sua atuação ambígua nos meios políticos nacionais. Tendo realizado uma viagem a Portugal, segundo ele, a pedido do presidente Vargas e do Instituto Luso-Brasileiro de Alta Cultura.²⁸ Esse instituto, criado dois anos após a subida de Salazar ao poder, tornou-se uma das vias de contato entre o Estado Novo brasileiro e português, num momento em que o último ocupava-se com a manutenção de um regime de exploração das colônias africanas.

A atuação de Freyre junto aos órgãos de decisão portugueses reiterou as intenções ideológicas do Estado Novo português, no sentido de exaltar o passado colonial luso, além de enfatizar as características “plásticas” da colonização portuguesa, teoria que já estava presente em *Casa Grande & Senzala*. A celeuma causada por essa adesão de Freyre aos ideais salazaristas será uma tônica forte nas críticas a Freyre durante todo o resto de sua carreira. O livro teve prefácio escrito pelo historiador lusitano Antônio

²⁶ FREYRE, Gilberto. *Rurbanização: Que é?* Recife: Massangana, 1982. p.82.

²⁷ Não discriminadas, ao menos na edição a qual tivemos acesso.

²⁸ FREYRE, Gilberto. *O mundo que o português criou: aspectos das relações sociais e de cultura do Brasil com Portugal e as colônias portuguesas*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1940, p. 31.

Sérgio, que numa interessante argumentação uniu as idéias do pernambucano, em relação ao ecumenismo da conquista portuguesa, à situação geográfica do país, que segundo ele seria por natureza improdutivo no sentido agrário, e a necessidade de expansão de seu povo no além-mar.

Curiosamente, entretanto, é importante notar que as mesmas características ressaltadas por Freyre como positivas (a proximidade da África e o clima mediterrâneo, a vocação agrária portuguesa) são contrariadas ou vistas negativamente por Antônio Sérgio, que as considera motivo do atraso português, à época da publicação de *O mundo que o português criou*, em relação aos países europeus mais desenvolvidos. Os dois discursos, entretanto, não se negam, não criam uma tensão contraditória, mas antes reforçam as mesmas práticas e ideologias.

Nessa síntese de uma postura ideológica que resalta uma suposta amenidade nas práticas colonizadoras (sem negar, ao mesmo tempo, algumas de suas violências) e a noção que se aproxima de uma teoria do “espaço vital”, ao considerar como natural e necessário a manutenção de colônias, em função das intempéries naturais do território original português, poço produtivo para agricultura, assolado pelo clima, compondo assim um quadro de idéias que sintonizavam perfeitamente com as necessidades do regime ditatorial português.

A argumentação freyreana do sentido da colonização portuguesa aparece então como fio condutor desse emaranhado ideológico, unindo aspirações dessas duas nações. A temática dos três primeiros discursos gira basicamente em torno dessa problemática da cooperação entre intelectuais brasileiros e portugueses, das contribuições da cultura lusitana e do problema da mestiçagem como questão central para a identidade que em outros escritos posteriores, chamará, para falar das mesmas coisas, de *lusotropical*. De forma estratégica, o prefácio à edição brasileira segue num caminho um tanto singular em relação ao outro texto acima citado. Freyre sintetiza as idéias gerais do livro, mas detém-se na discussão da “brasilidade” que poderá ser adquirida por elementos imigrantes, especialmente no Sul do país.

Ao considerar que a nação, assim como a fé, se adquire ou pela razão, ou pela emoção, ou pelo costume,²⁹ Freyre coloca-se numa posição militante em relação a uma questão-chave para o regime de Vargas: como lidar com o elemento europeu, os grupos alemães, poloneses, italianos, espanhóis, vivendo em comunidades relativamente isoladas, mantendo seus costumes, por vezes estilos arquitetônicos, e falando sua língua materna? Ora, o Estado Novo brasileiro concentrou uma grande parte de seus esforços na efetivação de um projeto nacionalista, no sentido de criar condições práticas para a cooptação de realidades regionais distintas em uma identidade que desse conta de acalmar esses desvios, o que Durval Muniz de Albuquerque chamou de *dispositivo da nacionalidade*.³⁰

A imposição de uma base nacional de ensino, currículos unificados, o ensino universal da língua portuguesa, os ritos e lugares de memória passam então a ser pontos de atenção máxima do Estado varguista. Estabelecendo um novo jogo de forças entre os grupos políticos do eixo Rio de Janeiro – Minas Gerais – São Paulo e as oligarquias

²⁹ FREYRE, Gilberto. *O mundo que o português criou: aspectos das relações sociais e de cultura do Brasil com Portugal e as colônias portuguesas*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1940, p. 33.

³⁰ ALBUQUERQUE Jr, Durval M. *A invenção do Nordeste e outras artes*. Recife: Massangana, São Paulo: Cortez, 2001, p. 27.

regionais do Sul e do Nordeste, o Estado Novo colocou-se na missão pedagógica de transformar em “brasileiros” essas populações de imigrantes, mas também em relação aos estabelecidos há mais gerações em território nacional.

A posição de Freyre em relação ao Estado Novo era inconstante. Sua segunda saída longa do país – dessa vez forçada – ocorreu em 1930, quando o governador de Pernambuco Estácio Coimbra foi exilado. Nessa época, o escritor já exercia influência política sobre os grupos intelectuais locais. Passou algum tempo em Lisboa, visitou a Bahia, Dakar e o *Deep South* norte-americano, no sul da Califórnia. Nesse período, afirma, no prefácio à primeira edição de *Casa Grande & Senzala*, ter encontrado a chave para sua análise da sociedade brasileira, em torno das características gerais da sociedade patriarcal, que teria constatado em sua passagem pela Califórnia, mas também, acerca das similaridades da colonização agrária portuguesa.³¹ A partir de 1940, a tônica geral de sua análise concentra-se nesse movimento da “*formação da sociedade brasileira*” pela incorporação de formas tropicais pelo português. O autor inicia uma nova relação com o regime de Vargas, dedicando-lhe inclusive o livro que ora trabalhamos, tecendo elogios a sua ação política.

Por isso mesmo, voltemos à obra com a qual iniciamos o tópico, que revelam as principais teses do autor em relação ao *lusotropicalismo*. Na primeira conferência, Freyre remete às teses já clássicas sobre o papel da mestiçagem. Se em *Casa Grande & Senzala* dedicou um destaque às características indígenas e africanas na formação brasileira, resvala cada vez mais em direção a uma apologética da dominação portuguesa. Na perspectiva do autor, o luso seria um transportador de “*valores essenciais*” por onde passa, “*Transplantação que permitiu desenvolver-se no Brasil, com elementos étnicos tão diversos e em meio físico tão diferente do europeu, uma civilização que se conserva até hoje predominantemente portuguesa nos seus motivos mais profundos de vida*”.³²

Percebe-se a importância reservada a essas permanências como artifício narrativo, sem nenhuma análise mais demorada, para justificar uma tese que pelo próprio público a quem é dirigida, já se encontra aceita. Ao mesmo tempo, considera “inevitável” a base escrava dessa sociedade, mas no mesmo local coloca a mestiçagem como elemento mediador, criando não só gradações de cor como de posição social, como formas de matizar a polarização imposta pelo sistema produtivo. Seria mesmo a “*força psicológica, ou, mais particularmente, sentimental, contra as quais nenhum outro elemento pôde prevalecer*”.³³ Continua argumentando, em estilo já bem sentimental, que “[f]oi o amor pela mulher índia e pelo filho mestiço que animou muitos dos patriarcas da colonização portuguesa no Brasil a se fixarem na terra bruta”.³⁴ Toda essa obra, foi movida por quase que inescapáveis necessidades da situação “natural” portuguesa. Tanto que Freyre defende esse traço como comum a todas as conquistas portuguesas na África e na Ásia, da mesma forma que a brasileira.

Mas o Brasil, ainda assim, parece, para o autor, a mais completa e arquetípica forma de se expressar essa conquista. Local onde, na verdade, o português pode realizar

³¹ FREYRE, Gilberto, *Casa Grande & Senzala: Formação da Família Patriarcal Brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 49ª edição revisada. São Paulo: Global, 2004, pp. 33-36.

³² FREYRE, Gilberto. *O mundo que o português criou. O mundo que o português criou: aspectos das relações sociais e de cultura do Brasil com Portugal e as colônias portuguesas*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1940, p. 43.

³³ Idem, p. 44.

³⁴ Idem, p. 45.

suas mais profundas vocações, temperar-se com todas as influências, numa conquista harmoniosa. Sua escrita coloca-se sempre num lugar de convergência entre seus possíveis leitores e ouvintes, um “nós” ecumênico que tenta enlaçar, por identificação, seu público em sua construção teórica. Chega ao ponto de invocar uma “*consciência de espécie*”³⁵ como instrumento de realização desse projeto de congregação de povos. E, ao anunciar sua preocupação em torno da democracia, remenda: “[d]emocracia social, essencial, humana, quero dizer; pouco me preocupa a [democracia] política”.³⁶ Logo em seguida, marca sua posição em relação aos “puristas” de raça, no Brasil e no mundo. Contrariamente aos que relacionam pureza étnica e progresso, Freyre trata a mestiçagem como elemento dinamizador central das sociedades luso-americanas. Elemento que supostamente confraternizou o homem com o meio-ambiente, permitindo a sua existência no trópico. Mas, ao mesmo tempo, meio natural que, de certa forma, impulsiona essa dinâmica. Essa equação, que Freyre pretende “ecológica”, está na base da sua idéia de adaptabilidade ao trópico, e não chega realmente a solução alguma.

A aproximação que se tenta obter com a intelectualidade portuguesa revela essa convergência de questões, nesse programa no qual se constrói uma ponte entre a identidade e a autenticidade nacional – tão importante para a instrumentalização das obras de Freyre no Brasil – e os problemas que leva para o exterior, como forma de manter relações de troca simbólica entre um intelectual brasileiro e seus confrades lusos. De certa forma cerceado em sua terra natal, busca então seu reconhecimento no exterior alçado ao papel de “embaixador” da intelectualidade.

Nesse sentido, Gilberto Freyre detém-se, em sua segunda conferência, na tentativa de mapear os lugares de intercâmbio entre esses centros intelectuais. Ao afirmar a civilização única que se desenvolve nos trópicos, pretende dar a seus pares caminhos de pesquisa, enfocando a história miúda, subterrânea, distanciada das grandes crônicas oficiais e dos fatos heróicos³⁷ para colocar-se no âmbito da vida privada, dos costumes sociais, das lendas, dos meios materiais que supostamente fundem esses dois mundos num só. Nesse sentido, é uma efetiva defesa de seus métodos de análise, em sintonia com os rumos da história social europeia. Faz então exaustivos inventários de fontes, de autoridades e de temas que podem ser analisados dentro dessa perspectiva, ao mesmo tempo que, pela erudição exaustiva, marcam seu papel “pioneiro” e afirmam uma posição de depositário de uma cultura que o liga, numa posição de abridor de caminhos, aos colegas lusos.

É nesse jogo entre a auto-referência e o imperativo de um reconhecimento mútuo entre essas referências que aponta a necessidade de obras de síntese, pesquisas coordenadas e bancos de dados compartilhados. Nesse ponto, assume efetivamente um lugar de representante da *intelligenza* brasileira frente ao mundo. Sendo sua obra cada vez mais apreciada internacionalmente, e percebendo que seus estudos têm afinidades com outras produções internacionais das ciências humanas, Freyre fez o que sempre parece que mais lhe agradou: portar-se como que um guia e visionário dentro do pensamento acadêmico, notadamente de forma informal e autoral.

³⁵ Idem, p. 48.

³⁶ FREYRE, Gilberto. *O mundo que o português criou: aspectos das relações sociais e de cultura do Brasil com Portugal e as colônias portuguesas*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1940, p. 51.

³⁷ Idem, p. 71.

A terceira conferência, por outro lado, é uma profusão de sentidos e impressões. É nela que demonstra outra habilidade de sua escrita, o envolvimento que produz ao misturar referências auditivas, visuais, táteis, degustativas e olfativas com os objetivos pragmáticos de seu discurso. O problema que o guia é amplo, “*problemas de história de arte culta e popular*”, para ele o principal ponto de cooperação luso-brasileira. O português teria o poder mágico de se perpetuar mesmo na dissolução, como “*azeite e água*”,³⁸ para utilizarmos a expressão de outro autor. Seria possível, dessa maneira, definir traços portugueses nas diversas manifestações cultas e populares das culturas luso-tropicais.

É nessa parte que trata, com mais ênfase, as trocas também entre a Ásia, a África e o Brasil, trocas vegetais, materiais, culturais. Hábitos, atitudes. Nessa “*arte de sabor português*”,³⁹ estão temperos dispersos, exóticos, que para ele se misturam numa criação única em toda a história moderna. Na sua ótica, a natureza tropical insinua-se numa forma própria de agir e pensar, numa expressão artística que, além das características autóctones, compartilham “*a influência de uma paisagem e de um meio social coloridos fortemente pela escravidão e pela miscigenação*” e pela síntese única que só o português teria sido capaz de realizar.

O mundo tropical, ao mesmo tempo, provocara um segundo “amolecimento” na cultura portuguesa, o primeiro descrito em *Casa Grande & Senzala* através do contato com a civilização mourisca e a proximidade natural com a África. Afinal, a grande originalidade que Freyre vê na conquista portuguesa parte das próprias criações “[...] para a melhor adaptação do europeu ao meio físico e ao ambiente social dos trópicos”, revelado no que considera “*a doçura brasileira de linhas*” e o “*lirismo tropical*”, o gosto pelo ar livre, pelo jardim, pela varanda, pela rede.

É nesse ponto que suas posições se tornam mais interessantes para a análise que ora propomos fazer. Nas características descritas nesse capítulo, está exposta uma relação intrincada do papel da natureza dos trópicos no desenvolvimento do pensamento freyreano. Toda sua lírica da luso-tropicalidade, da brasilidade, de um dos sentidos que dá à palavra “ecologia”, no sentido social que defende, vem dessa apreciação sensual, muito mais do que racional, do modo de vida nesse passado que de certa forma inventa para os mundos d’além mar e para o próprio português. Não que ela não parta de fatos até materialmente comprováveis, mas entra no discurso a partir de uma estetização do real, de um recorte lírico de um modo de vida que parece se desmanchar e que, pela palavra, Freyre quer manter vivo, dando um viés muitas vezes saudosista e anti-modernizante.

O colorido mundo que vê no passado se perde com o advento “[dos] cinzentos, pardos e azuis paleotécnicos dos meios mais industrializados de Portugal e do Brasil”. A essas influências ele contrapõe o estilo luso-brasileiro “*na sua maior pureza, que é a folclórica*”,⁴⁰ nos motivos florísticos das ornamentações de móveis, edifícios, utensílios domésticos. As cores das araras, papagaios e outras aves tupiniquins. O “*enriquecimento da paisagem*” e dos gostos europeus pelas plantas dos trópicos: especiarias, madeiras

³⁸ A expressão está contida em ARAÚJO, Ricardo Benzaquen. *Guerra & Paz: Casa-grande & senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30*. Rio de Janeiro: Ed.34, 1994, p. 24, quando fala do “talento de Gilberto em aproximar visões diferentes, antagônicas até, sem dissolvê-las ou mesmo reduzir consideravelmente sua especificidade”.

³⁹ FREYRE, Gilberto. *O mundo que o português criou: aspectos das relações sociais e de cultura do Brasil com Portugal e as colônias portuguesas*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1940, p. 94.

⁴⁰ Idem, p. 101.

para móveis. Mais importante para ele: um modo de vida à vontade, sem a dureza das relações impessoalizadas de um mundo em desencantamento. Uma familiaridade e intimidade que balanceiam o modo de vida europeu. Modo de vida que efetivamente aplicou a si próprio, ou poderia se dizer que, partindo de sua experiência pessoal, expandiu para uma análise geral da sociedade.

E experiências pessoais são nós de tramas complexas de um tempo, de um lugar. Freyre, certamente, respondeu às aspirações de dois países em busca de uma identidade. A associação com uma vocação para uma “naturalidade” nas relações humanas serviu para que analisasse a um só tempo Portugal e Brasil. Nessa tensão constante entre o que chama de “natural” e o artificializado, podemos localizar o papel que reserva a uma pretensa interpretação “ecológica” da sociedade brasileira. Natureza que nunca é, enfim, bruta e reluzente na sua originalidade, mas está colocada em complexas redes de afetividade, sentimento, racionalização.⁴¹

Freyre, mesmo aplicando conceitos da ciência ecológica, utiliza-a para inventar uma imagem que serve como máquina contra a história, contra a dissolução do passado. Sua paisagem é a paisagem plana, como num quadro, que está em ameaça de sofrer borões, intervenções indesejáveis. O dinamismo, a destruição e a ruína provocados pela modernização material são analisados, portanto, sempre em contraste com esse quadro harmonioso do passado português.

A pretensa Lusotropicalologia, assim como a Ecologia social defendidas pelo escritor, se complementam, dessa maneira, oferecendo elementos para a circulação do “sociólogo de Apipucos” nas instituições acadêmicas, primeiro de Portugal, depois também na Espanha de Franco. Tanto que logo ocupou-se de transferir o conceito para uma possível Hispanotropicalologia. Em, Apipucos, seu rincão suburbano cheio de pitangueiras, ponte de contato entre o passado idealizado e o presente do autor, reorganizou as próprias formas de se enxergar a paisagem da região.

Ecologia a serviço de quem?

Como vimos anteriormente, é perceptível que essas reflexões sobre a ecologia não se aprofundem em uma discussão específica sobre o tema, o que seria até justificável com o argumento de que nunca foi a proposta do autor ser um especialista nos méritos técnicos, sempre se furtando aliás de discussões e debates mais acirrados academicamente. Seu esforço em se valer de uma “ecologia social” foi de fato inspirador e os livros acima citados, conforme argumenta José Marcos Froehlich,⁴² adiantam diversas temáticas que a História ambiental só abordaria meio século depois.⁴³ Entretanto, não se deve confundir isso com “ambientalismo” ou “ecologismo”, e toda a terminologia utilizada pelo “Mestre de Apipucos” é perfeitamente intercambiável, quando notamos, por exemplo, como certas reflexões ditas posteriormente “ecológicas”, estão já em *Casa Grande & Senzala*, ou apenas qualificam o que foi dito no *Manifesto* de 1926. Não há, portanto, nenhuma grande novidade no seu critério de análise, a não ser o fato de

⁴¹ SCHAMA, Simon. *Paisagem e Memória*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

⁴² Froehlich, José Marcos. *Gilberto Freyre, a história ambiental e a 'rurbanização'*. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, vol. VII (2): 281-301, jul.-out. 2000.

⁴³ Um caminho para melhor caracterizar esses argumentos seria analisar a relação de Freyre com a escola francesa de História, na tradição de Lucien Febvre e Fernand Braudel, dos quais foi anfitrião, e com a geografia cultural de Carl O. Sauer. O artigo se refere especialmente nas relações com a Escola de Chicago.

remeter-se a outros especialistas internacionais para legitimá-los. Também Freyre, como homem informado que era, devia estar atento aos trabalhos da historiografia norte-americana que, à mesma época, já construía uma proto-história-ambiental.⁴⁴

Talvez por isso, o argumento em favor da ecologia e do meio ambiente apareça com cores do “saudosismo” que acusam alguns analistas de Freyre. Para ele há uma cisão entre a formação colonial do Brasil, fase de relativa harmonização entre o homem e o meio, e o desenvolvimento Republicano, quando há um desequilíbrio em função de um “*progressismo*” e dos grupos ligados ao setor industrial. No período de transição, a decadência do modo de vida patriarcal e a re-europeização do Brasil no século XIX, foi concretizada na experiência das cidades. Esse discurso pode ser aproximado do tema mítico da “Idade do Ouro” que se corrompe em *hybris*, desequilíbrio, excesso. Um exemplo disso é o argumento utilizado em *Ordem e Progresso*, de que a República de 1889 teria adotado um modelo importado de progresso, contra um desenvolvimento harmônico e, ele poderia dizer em algum outro lugar, ecológico, do mundo agrário durante o Segundo Reinado. O progresso industrial, “masculino”, teria que se harmoniza com a vocação dos trópicos, “*como que feminina*”, que possuem um ritmo próprio, mas demorado e espaçoso.⁴⁵ Há, arriscaremos, talvez por detrás dessa concepção meta-histórica,⁴⁶ ou seja, de uma posição narrativa que orienta a concatenação dos fatos, as escolhas teóricas e os posicionamentos do autor frente às questões de seu tempo.

É interessante a proximidade que há entre esse discurso e a análise do bucolismo britânico realizada por Raymond Williams, que coloca como há por parte dos poetas que escrevem sobre a vida dos gentis-homens do campo toda uma idealização da vida rural pré-capitalista, da temática da caridade entre o senhor e os servos na “*ceia comunal*”, dos recursos ambientais como naturalmente se prestando ao senhorio.⁴⁷ Dessa forma, “(...) *torna-se mais difícil falar numa ‘ordem natural’, como se tivéssemos uma harmonia entre homem e natureza. Pelo contrário: essa ordem natural está prestes a ser consumida, à mesa.*”⁴⁸ Demonstra como há um conflito desse mundo idealizado com o da produção capitalista no campo, como destruidor da harmonia passada, transformado em relações utilitárias, na falta de comunhão entre patrões e assalariados, “*A caridade de produção [...] foi esquecida, ignorada, e, eventualmente, até mesmo reprimida por esta referência habitual a uma caridade de consumo.*”⁴⁹ A análise se detém sobre as utilizações literárias desse tema na Inglaterra do início do período moderno, mas pode ser estendida às palavras de Gilberto Freyre, já que é uma sensibilidade de teor semelhante que parece estar presente. Ele, aliás, se refere aos “*rios bons e serviços*”⁵⁰ à ocupação portuguesa, e em *Nordeste*, especialmente, há uma série de associações raciais e sexuais

⁴⁴ CROSBY, Alfred. *Past and Present Environmental History*.

⁴⁵ FREYRE, Gilberto. *Ordem & Progresso: processo de desintegração das sociedades patriarcal e semipatriarcal no Brasil sob o regime de trabalho livre, aspectos de um quase meio século de transição do trabalho escravo para o trabalho livre e da monarquia para a república*. V.II. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959, pp. 437, 479, 491, para alguns exemplos.

⁴⁶ WHITE, Hyden. *Meta-história: A imaginação histórica no século XIX*. São Paulo: EDUSP, 1995.

⁴⁷ WILLIAMS, Raymond. *O Campo e a Cidade na História e na Literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, pp. 44-55.

⁴⁸ Idem, p. 50.

⁴⁹ Idem, p. 51.

⁵⁰ FREYRE, Gilberto. *Nordeste: Aspectos da Influência da Cana sobre a Vida e a Paisagem do Nordeste do Brasil*. 3ª Edição, Rio de Janeiro: José Olympio, 1961, p. 21.

do mundo natural.⁵¹ Toda uma mística do equilíbrio ambiental, da “doçura” da ecologia local em correspondência com os valores agrários do colonizador, com sua sedentarização. Mas, como lembra Williams,

“uma crítica social é desviada para um mundo passado, menos perigoso: um mundo de livros e recordações, no qual o estudioso pode ser profissionalmente humanitário, mas permanece isolado ou indiferente ao mundo em que vive.”⁵²

A diferença se dá no fato de que, ao invés de uma negação desse presente pelo passado, Freyre quer achar um meio termo, uma conciliação e harmonização, não se posicionando claramente. “*Não era um tempo-dinheiro, que se desejava, mas um tempo menos rotina e mais inovação, sem que inovação precisasse de se extremar em ianquismo.*”⁵³ *Ianquismo*, aqui, significa o ritmo do capitalismo industrial, que nos inícios da República se colocava, segundo ele, como solução para a nação. Dessa maneira, se mantém distanciado das duas posições, o mundo rural ou o industrial, apesar de idealizar o primeiro, tal qual os poetas que Williams analisa. Também utilizou, mesmo que em muitos momentos em uma forma quase folclórica, suas construções e ideais como forma de ação efetiva.

Assim, apesar de reconhecer que a monocultura causou prejuízos à vida local (o que, no mais, não é algo facilmente negável), há toda uma argumentação em favor das qualidades do mundo agrário e da colonização rural portuguesa como essencialmente criadora, pela conciliação de valores, pela mestiçagem, e pelas permutas e adaptações ambientais. Chega o mesmo a afirmar que, se a monocultura foi prejudicial, se fez à revelia de “*indústrias democráticas*” de pau-brasil e de peles,⁵⁴ o que não é algo muito ecologicamente e socialmente correto de se dizer.

No âmbito da sua *lusotropologia*, não fez muito mais que fixar uma paisagem plana, quase que uma pintura, da paisagem colonial, de forma impressionista, imprecisa, que quase retira toda a história dessa natureza, para produzir uma imagem idílica. Suas intuições acerca das formas de apropriação da natureza pelo colonizador luso sempre são utilizadas como argumentos retóricos, nunca se tornam efetivamente uma categoria de análise.

Se os comentadores de Freyre indicam como seu pensamento se distancia dos determinismos de “meio físico” e de “raça”, sua avaliação do mundo luso-tropical é essencialmente redutora das possibilidades, pois haveria então uma condição quase que imutável do trópico, uma “vocação” própria, e ainda que sob um viés culturalista, as questões raciais e biológicas ainda aparecem como formas de explicação em Freyre. Em sua análise do trópico, permeia uma visão de abundância, de excesso, de alegria, local de lazer mais que de trabalho, de um ritmo de vida “ameno” em função do clima, que um “ecólogo”, Samuel Bechamol, caracterizou como a visão do *gaio trópico*.⁵⁵ Nesse ponto, se não podemos acusar Freyre de determinismo geográfico, há certo “determinismo ambiental” ou “ecológico” em sua versão do homem situado no trópico. No fundo, é isso

⁵¹ ROGERS, Thomas D. *The Deepest Wounds: The Laboring Landscapes of Northeastern Brazil*. Ph. D Thesis, Department of History, Graduate School, Duke University, 2005.

⁵² WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade: na História e na Literatura*. Op. cit., p. 57.

⁵³ FREYRE, Gilberto. *Ordem e Progresso* Op.cit., p. 471.

⁵⁴ FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*. Op.cit.

⁵⁵ CUNHA, Lúcia Carvalheira & VILA-NOVA, Sebastião (orgs.). “Trópico e Meio Ambiente”. In: *Anais do Seminário de Tropicologia*, t.24. Recife: Massangana, 1990, pp. 146-160.

que quer dizer com “*ecologia social*”, e que é o tema que percorre toda sua vida, às vezes sem essa palavra, às vezes sob o enfoque do “*Homem tropical*” e do “*homem situado*”.

Aliás, reitera o discurso da “*vocação agrária*” brasileira a ponto de invocar o “*sábio Eugênio Gudin*” contra os “*jovens economistas*” do desenvolvimentismo e do progresso industrial pós-64.⁵⁶ O futuro do Brasil parece ser, para ele, o de “*celeiro do mundo*” – discurso, aliás, muito em voga ainda recentemente – ou de royalties tropicais, turismo exótico a cidades do interior, artesanato e belas paisagens. É nesse sentido que elogiou, nos ensaios sobre a *rurbanização*, a presença da casa-grande, da igreja e da senzala como formadoras de um mundo precocemente “*rurbano*”. Sua concepção vai muito mais numa glorificação da natureza domesticada pela agricultura humana do que uma preocupação com os fatores bióticos locais. Seu “*equilíbrio*” entre os tipos urbanos e rurais tende muito mais a esses que àqueles.

Não cabe nesse artigo ser favorável a um ou outro rumo, desenvolvimento industrial *versus* ruralidade, mas notar que a visão de Freyre faz parte de um debate extenso e complexo sobre desenvolvimento e degradação ambiental, sustentabilidade e sobre até que ponto está o equilíbrio necessário entre o progresso industrial e a preservação ambiental. Com certeza, por fatores diversos que não cumpre agora explorar, a análise freyreana coloca-se contra as apologias do progresso e a favor de uma solução rural, e ele próprio sustenta noções de diversificação de atividades, policultura, melhorias no campo. Mais do que fazer uma denúncia desse “*tradicionalismo*” e de um caráter de classe, que são inegáveis, é preciso notar que não são exclusivos do autor ora em destaque, pois é um debate de longa data no pensamento ambiental, e que continua pautando uma série de discursos na atualidade, não estando portanto tão distante de nós.

Gilberto Freyre cumpriu um papel central na produção intelectual local, e não são poucos os que, mesmo na posição de críticos, se colocam em débito com o autor de Casa Grande & Senzala. Seu grande mérito foi, talvez, o ecletismo com que conseguiu amalgamar múltiplas influências e a criatividade e sagacidade que tinha em relação à construção de seus trabalhos, valendo-se dos recursos documentais e bibliográficos mais diversos. Também, como foi visto de passagem acima, a pertinência estratégica de seus escritos em diversos momentos da história nacional, colocando-se como porta-voz de posições de classe, ao mesmo tempo que parecia enxergar as aspirações de outros setores, agenciando-as em seu trabalho. Se não pelos seus próprios escritos, precisaríamos ainda analisar como foi que se deu a recepção de suas idéias por alguns intelectuais locais que, em torno da FUNDAJ e do Seminário de Tropicologia, tiveram nas questões ambientais o centro de suas atenções.

Entretanto, é necessário reconhecer, ressaltar e criticar essas imagens e posturas das quais falamos acima, que, mesmo inconscientes, são apropriadas por outros agentes, utilizadas para diversos fins em épocas distintas. Suas imagens do Nordeste, o papel do senhorio e da miscigenação, da adaptação do luso ao trópico são reutilizados freqüentemente na produção acadêmica, artística e nos discursos políticos locais, bem como apropriadas no cotidiano das pessoas. Nesse sentido, é preciso ter clareza em distinguir o que podemos aproveitar e o que devemos criticar em suas obras, e por isso mesmo é necessário ter uma atenção aguda aos seus argumentos.

Recebido em 10.05.2010. Aceito em 31.05.2010.

⁵⁶ FREYRE, Gilberto. *Rurbanização: Que é?* Recife: Massangana, 1982.